

A Área da Saúde e a Implementação da Política Nacional de Extensão

The Health Field and the National University Extension Policy

La área de la Salud y el desarrollo de la Política Nacional de Extensión Universitaria

Edison José Corrêa*
Maria Teresa Seabra Soares de Britto e Alves**
Maria de Fátima Hanaque Campos***
Linda Bernardes****
Rosa Maria Fernandes de Barros*****
Ana Lúcia Crisóstimo*****

Resumo: O presente artigo apresenta a proposta para a Implementação da Política Nacional de Extensão do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em especial na área temática da Saúde, visando estabelecer relações entre os papéis e responsabilidades da Extensão Universitária com o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias para a atenção à saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde. Reforça as diretrizes de relações dialógicas e interdisciplinares entre Universidade e Sociedade e a indissociabilidade entre Pesquisa, o Ensino e a Extensão, interna e externamente à Academia.

Palavras chave: FORPROEX, Fórum de Extensão Universitária, Política Pública de Saúde, Extensão Universitária Brasileira

Abstract: This paper presents the proposal for the implementation of the National University Extension Policy sponsored by the Brazilian Forum, especially in the health field. The goal of this work is to establish the integration between the roles and responsibilities of the University Extension with the development of public policies as well as strategies of health assistance with emphasis to the National Health System. It is also aimed at the dialogic and interdisciplinary relationships between University and Society and non-disassociation of Research, Teaching and University Extension inside and outside the Academy.

Key words: FORPROEX, Forum of University Extension, Public health policy; Brazilian University Extension

Resumen: El presente artículo presenta la propuesta para la implementación de la Política Nacional de la Extensión del FORPROEX, en especial en el área temática de la salud, visando establecer la integración entre los papeles y responsabilidades de la Extensión Universitaria con el desarrollo de políticas públicas y estrategias de asistencia a la salud, destinadas notadamente para el Sistema Único de Salud – SUS. Hay una preocupación, también, de alcanzar relaciones dialógicas y interdisciplinarias entre Universidad y Sociedad y la indissociabilidad investigación – enseñanza — extensión universitaria, interna y externamente a la Academia.

Palabras-claves: FORPROEX, Foro de Extensión Universitaria, Política Pública de Salud, Extensión Universitaria Brasileña.

* Especialista em Pediatria, Professor Adjunto da UFMG. Presidente (2004-2005) e Coordenador da Comissão de Saúde (2005-2006) do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

** Doutora em Medicina Preventiva pela USP. Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal do Maranhão. Membro da Comissão de Saúde do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. E-mail: seabra@elo.com.br, proex@ufma.br

*** Doutora em História da Arte pela Universidade do Porto. Pró-Reitora de Extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana. Membro da Comissão de Saúde do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. E-mail: fatimahanaque@hotmail.com, proext@uefs.br

**** Pedagoga. Mestre em Ciências. Especializanda em Gestão Universitária. Coordenadora de Programas e Projetos Sociais - Extensão Universitária, Universidade Federal de São Paulo. Membro da Comissão de Saúde do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. E-mail: linda@proex.epm.br

***** Mestre em Bioquímica pela UNICAMP. Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFMS. Membro da Comissão de Saúde do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. E-mail: preae@nin.ufms.br

***** Doutora. Professora Adjunta e Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. Membro da Comissão de Saúde do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. E-mail: proex@unicentro.br

Introdução

A área da Saúde, uma das oito áreas temáticas que sistematizam as ações de extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) – Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho – organiza-se segundo os postulados políticos do Plano Nacional de Extensão (1999), pactuado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Nesse sentido, orienta-se pelos documentos conceituais básicos do Fórum – Plano Nacional de Extensão Universitária, Sistemas de Dados e Informações/Base operacional, Avaliação da Extensão Universitária e Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão e Flexibilização Curricular – publicados na Coleção Extensão Universitária e disponíveis no site www.renex.org.br, na seção documentos.

Assim, a área de saúde incorpora o conceito de extensão que “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. Também assume que as ações de extensão – programas, projetos, cursos de extensão, eventos e prestações de serviço – devem obedecer às seguintes diretrizes gerais fixadas pelo FORPROEX:

- **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação social de impacto, entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. A atuação transformadora deve, pois, orientar cada ação da extensão universitária. Colocada frente à realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Frente à questão definida, é preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar.
- **Relação dialógica:** desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda sinaliza uma concepção ultrapassada de extensão: “estender” à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão.
- **Interdisciplinaridade:** caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas.

- **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão:** reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão estará vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o estudante como protagonista de sua formação técnica – obtenção de competências necessárias à atuação profissional –, e cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e de compromisso.

Organização, sistematização e institucionalização

A extensão universitária desenvolve um processo progressivo de organização, sistematização e institucionalização no qual se insere a implementação de um sistema de informação de base nacional e um sistema permanente de avaliação. O FORPROEX apresenta-se, para o conjunto das IPES, como interlocutora para ações especiais de formulação e de orientação para a implementação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos, especialmente os dirigidos à implementação de políticas públicas. Esse processo, aplicado a cada área temática, é uma das prerrogativas das Comissões Temáticas, entre elas a da Saúde, em trabalho articulado com as coordenações nacional e regionais do FORPROEX. O órgão superior de deliberação é a Plenária do Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado ordinariamente no mês de maio de cada ano. (www.renex.org.br).

A Comissão de Saúde do FORPROEX, em documento aprovado em plenária do XXII Encontro Nacional, realizado em Porto Seguro-BA, maio de 2006, propõe-se a atuar, nos níveis nacional e regional, como interlocutora nos relacionamentos Universidade e Sistema de Saúde; estimular a integração de experiências de extensão em saúde aos currículos de graduação; colaborar no desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de assistência à saúde; identificar interfaces relevantes e objetos de estudos comuns entre setores e instituições e atuar no sentido de que sejam criadas condições para o desenvolvimento dos sistemas formador e prestador de serviços. Essas questões são explicitadas no marco referencial seguinte – apresentado a todas as IPES – que, complementarmente ao conceito de extensão e às diretrizes, devem servir como subsídio orientador para as ações de extensão universitária em saúde.

Marco referencial: extensão universitária em saúde

O desafio maior que se coloca para o campo da saúde na sociedade brasileira é a construção do Sistema Único de Saúde – SUS – equitativo, não-excludente e resolutivo, organizado segundo as necessidades da população, acessível a todos e financeiramente suportável.

A integração entre a assistência à saúde e formação de recursos humanos é elemento indispensável nesse processo. Para isso, é fundamental o desenho de estratégias e mecanismos de cooperação entre provedores de serviços – profissionais e serviços de saúde –, comunidade e universidade, observadas a especificidade dos papéis e as responsabilidades de cada um desses atores, tendo em vista a qualidade do sistema de serviços de saúde.

Realizados, cooperativamente, pela Academia e Serviço de Saúde, os processos de atenção à saúde e de formação, capacitação e educação permanente, bem como a geração de novos conhecimentos e processos, devem estar integrados. A estratégia de desenvolvimento dos serviços e dos processos de atenção é alternativa capaz de forjar esses mecanismos de cooperação desde os âmbitos mais descentralizados, nos quais se tornam mais evidenciadas as questões relativas à infra-estrutura do sistema, à resolubilidade e à participação social. Nesses níveis descentralizados, das comunidades e dos estabelecimentos prestadores de serviços – cenários privilegiados de formação –, também se evidenciam os itens relacionados à responsabilidade e competência de profissionais e de provedores de serviços, da comunidade usuária e das instâncias formadoras, na tarefa comum de construção do Sistema de Saúde.

As estruturas mais centrais do Sistema de Saúde são referências básicas para as unidades descentralizadas de atenção à saúde, atuando na integração do sistema, seja normativa ou operativamente, como níveis de referências e estruturas secundárias e terciárias. Nesse nível centralizado se posiciona o Hospital Universitário, integrado ao Sistema de Saúde e palco dos mesmos processos de atenção à saúde, formação e geração de conhecimento.

Do ponto de vista da Universidade, a consolidação de propostas de integração com o Sistema Único de Saúde tem como elemento estratégico a atuação da extensão, articulada ao ensino e à pesquisa. Constitui instância pela qual a Universidade objetiva propor e desenvolver ações conjuntas e experiências inovadoras, de forma a contribuir para a implementação de um sistema de atenção à saúde de qualidade, equitativo e inclusivo. Esse aspecto é reforçado pela característica de ser a construção do SUS dinâmica e coletiva e permitir a incorporação dos acúmulos da extensão e do seu desenvolvimento teórico.

A extensão atuará na atenção à saúde, na formação de recursos humanos e na geração de conhecimento de novas metodologias, observado o parâmetro de compromisso com as necessidades da população. É preciso que sejam priorizados programas que, abrangendo atividades de ensino e de extensão, possam gerar pesquisas e publicações. Deverá ser ainda incentivada a participação do docente na construção de novos modelos pedagógicos, como também estimulada e promovida a permanente aproximação acadêmica com os serviços de saúde e a comunidade.

Tais questões implicarão no redimensionamento e consolidação de projetos de extensão em desenvolvimento, na ampliação dos mecanismos de co-gestão, na revisão das relações institucionais, na busca de apoio junto a organizações de fomento e, sobretudo, no desenvolvimento de ações que venham a responder às reais demandas e necessidades da saúde da população.

Linhas de extensão

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras recomenda às IPES que as ações, em cada área temática, sejam executadas segundo as 53 linhas de extensão definidas pelo documento Áreas, Linhas e Ações de Extensão – disponível em www.renex.org.br –, com o cuidado de ser estimulada a interdisciplinaridade, o que supõe a existência de interfaces e interações temáticas. Ênfase especial deve ser dada à participação dos setores de extensão universitária na elaboração e execução de políticas públicas voltadas para a maioria da população, à qualificação e educação permanente de gestores de sistemas sociais e à disponibilidade de novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento, permitindo a ampliação do acesso ao saber, e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

A Comissão de Saúde do FORPROEX, atendendo ao conjunto das linhas de extensão, considera que grande parte delas pode ser orientadora na elaboração e cumprimento de programas de extensão na área. Em uma abordagem mais específica, seriam especialmente aplicáveis à Área da Saúde as linhas de Desenvolvimento Tecnológico, Educação Profissional, Endemias e Epidemias, Divulgação Científica e Tecnológica, Esporte e Lazer, Fármacos e Medicamentos, Gestão do Trabalho, Gestão Informacional, Gestão Institucional, Gestão Pública, Grupos Sociais Vulneráveis, Infância e Adolescência, Jovens e Adultos, Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares, Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais, Saúde Animal, Saúde da Família, Saúde e Proteção no Trabalho, Saúde Humana, Segurança Alimentar e Nutricional, Terceira Idade, Uso de Drogas e Dependência Química.

Organização das ações da extensão universitária

Cursos e Eventos

Grande parte das ações de extensão na área da saúde é desenvolvida sob a forma de cursos e eventos. Para essas ações, uma reflexão torna-se necessária, em busca de resposta a três questões principais. Qual a temática abordada? Para qual público se destinam? Quais os propósitos dos cursos e eventos ofertados como extensão?

Essas questões trazem, em si, outras ainda mais importantes. Trata-se de temas complementares não-abor-

dados nos currículos, ou mesmo temas suplementares, que deveriam ser oferecidos obrigatoriamente e que a extensão oferece como currículo paralelo? Será o público constituído apenas por estudantes da instituição ou de outras instituições congêneres, realizando-se a chamada “extensão interna”? A temática atende as quais interesses, ao reforço de uma formação precocemente especializada e tecnicista e de um modelo assistencial centrado na demanda individual ou, em contraposição, ao necessário debate sobre o tipo de atenção à saúde de que necessita a maioria da população, a universalidade, a integralidade e a inter-relação de setores dessa atenção?

Propõem-se o entendimento de cursos e eventos como oportunidades para que um maior número de pessoas tenha acesso ao conhecimento – uma das formas de ampliação do acesso à universidade – e como oportunidades de atendimento a um público em suas necessidades de formação complementar para a qualificação de seu exercício profissional, para o desenvolvimento de conhecimentos fundamentais como, por exemplo, o autocuidado em saúde, a visão crítica das informações sobre saúde veiculadas na mídia, a utilização de tecnologias apropriadas e a abordagem interdisciplinar. É necessária uma reflexão para que esses sejam vistos como ações educativas de impacto, dialógicas e interdisciplinares, observando a indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão, retomando-se as diretrizes básicas da extensão universitária.

Programas e projetos de extensão

Projetos e programas são ações de extensão de médio e longo prazo, abordando problemas específicos sobre os quais se pretende uma ação de impacto, capaz de modificar, para melhor, a realidade. Nesse aspecto, é necessário inserir tais ações em uma visão ampliada, definindo sobre que tipo de “problema-macro” pretende atuar, superando uma prática de ação pontual e limitada. Por exemplo, pode-se ter um projeto de extensão que atenda a crianças hospitalizadas, tipo “Doutor da Alegria”. Esse tipo de projeto, para crianças em risco, hospitalizadas, e seus familiares, amplia a dimensão da atenção, para mais que aplicação de cuidados e tecnologias, buscando o atendimento de necessidades psicológicas e sociais. O projeto, em si, pode ter características interprofissionais e interdisciplinares e, inegavelmente, impacto na humanização da atenção à criança. Entretanto, essa ação, se articulada a outras da mesma temática pode se constituir em programa de extensão “Humanização da Atenção à Saúde”. A articulação de projetos de uma mesma temática em programa pode ser uma estratégia inicial. Essa se complementa à medida que os projetos se interajam, partilhem conceitos e métodos, planejem e executem também outras ações, como cursos e eventos, para sensibilizar e criar uma cultura de transformação das situações inicialmente identificadas: massificação na atenção, frialdade nas relações, abordagem muito tecnicista e disciplinar, entre outras. Dessa forma, podem

se integrar projetos como o “Doutor da Alegria”, bibliotecas e mídias para o paciente, ambulatórios especiais de atendimento a grupos de risco, transição do cuidado hospitalar para o doméstico e familiar – com nascidos prematuros, por exemplo –, desenvolvimento de novas tecnologias de atenção – como “Projeto Mãe Canguru” –, entre várias possibilidades.

Embora alguns objetivos se cumpram em projetos não-vinculados a programas, instalar programas e projetos vinculados, pensando-os como impulsores de determinadas linhas de extensão, pode alcançar a visão ampliada, o problema-macro, contribuindo para o sistema de formação profissional – Universidade –, o sistema de serviços – SUS – e os indivíduos e a coletividade.

Prestação de Serviços

Embora prestação de serviços seja mais frequentemente entendida como serviços eventuais de assessorias, consultorias ou curadorias, em que predomina a relação individual do prestador, a prestação de serviço institucional é muito significativa na área da saúde – nessa predomina a relação contratual com a instituição. Desde 2003, passou a constar no Censo da Educação Superior, como ação de extensão universitária, que deve ser informada anualmente ao INEP/MEC. Devem ser registrados os números de consultas de emergência e urgência, consultas ambulatoriais programadas, internações hospitalares, cirurgias, exames laboratoriais, outros exames complementares e demais atendimentos. Envolve o hospital universitário, os ambulatórios hospitalares e os descentralizados – centros de saúde, internato rural ou estágios regionais –, as clínicas e centros de odontologia, fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, psicologia. Também devem ser computadas as ações relativas à saúde animal, da área de veterinária. Como prestação de serviços institucional deve ser registrado o atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia, como museus de ciências biológicas e centros de memória, por exemplo. Outra prestação de serviço, existente em algumas universidades, é a preparação e disponibilidade de material didático para escolas, como lâminas e modelos anatômicos.

Organização dos processos de extensão universitária

Definidas as ações de extensão – programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços –, é necessário aplicar a cada um desses as diretrizes da extensão. É preciso definir sobre que questão ou problema se quer atuar, diante da situação diagnosticada que nova realidade é vislumbrada, quem se compromete com essa transformação e como se articula os diversos saberes, da academia, dos serviços e da comunidade. Como desenvolver processos de trabalho articulados com o modelo institucional da Academia, de divisão das competências profissionais, dos conteúdos das várias disciplinas, para

se construir, não a multi, mas a interdisciplinaridade, a interprofissionalidade, a interinstitucionalidade e, mesmo, a interpessoalidade? O fator de agregação é o compromisso com o objetivo comum, o “goal” que a equipe almeja. Esses processos se substanciam em um plano de trabalho institucional que faz real a política institucional de extensão.

A atuação das universidades

Todos os processos e ações de extensão terão maior êxito em cumprir as diretrizes propostas nos espaços mais descentralizados, seja na universidade, seja na comunidade e sistema de saúde. É necessário que os grupos ou responsáveis pelo planejamento e gestão, especialmente as pró-reitorias de extensão, formulem a política institucional de forma participativa e apliquem instrumentos de estímulo, apoio e indução, como o registro e formalização das ações, a credibilidade e valorização da participação do docente, do aluno e do técnico-administrativo, a cessão da marca institucional, e os recursos humanos e financeiros possíveis – aplicação orçamentária institucional, encaminhamento formal e oficial de programas e projetos a agências financiadoras e efetivação de um programa de bolsas de extensão em valores equiparáveis às de iniciação científica. Outra ação estratégica das pró-reitorias é a criação de espaços institucionais para apresentação dos resultados de sua extensão – encontros de extensão locais e o apoio à participação em eventos regionais e nacionais.

É importante considerar que atualmente a área da saúde, como a de educação, é responsável por cerca de 60% dos programas e projetos de extensão universitária, em todas as instituições públicas de educação superior brasileiras. Além da grande prestação de serviços institucional, a área de saúde é campo de produção e experimentação de tecnologias sociais, de ação articulada na formação técnica/inserção social, de criação de novos cenários de ensino, pesquisa e de contribuição ao desenvolvimento local, especialmente do sistema de saúde. Para melhor orientar todo esse esforço acadêmico, a formulação da política institucional de extensão deve levar em conta os seguintes objetivos:

- Inserir a Universidade – por meio da realização de estágios preferencialmente curriculares – no sistema local de saúde e na comunidade, de forma articulada com gestores e profissionais locais e com organizações sociais, para o planejamento, execução e avaliação de ações de saúde, segundo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde: a universalidade na atenção, a equidade, a integralidade, a regionalização dos serviços de saúde e o controle social;
- Implementar diretrizes curriculares nacionais da área da saúde; ampliar relações universidade e sistema de saúde, do modelo tradicional integração ensino-serviço, gestão setorial, controle social e desenvolvimento; contribuição para que a educação se vincule ao mundo do trabalho e às práticas sociais em saúde, como uma política pública, intersetorial, que estimule e favoreça a mudança na graduação;
- Contribuir, por meio dos programas e projetos de extensão, para a diversidade de cenários de ensino-aprendizagem, não na concepção tradicional de “campos de estágio”, com planejamento aut centrado, mas como programas e projetos de médio e longo prazo, em que se envolva a universidade, para ampliar o conhecimento e a interação com a realidade social;
- Construir compromissos entre o SUS e as IPES pela integralidade da atenção e pelo trabalho em equipe de saúde; a integralidade da atenção à saúde supõe, entre outros aspectos, a ampliação e o desenvolvimento da dimensão cuidadosa no trabalho dos profissionais para que se tornem mais responsáveis pelos resultados das práticas de atenção, mais capazes de acolhimento, de vínculo com os usuários das ações e dos serviços de saúde e, também, mais sensível às dimensões do processo saúde/doença não-inscritas nos âmbitos tradicionais da epidemiologia ou da terapêutica;
- Estimular o aluno a ser protagonista de sua formação técnica e cidadã, tendo no professor e outros profissionais locais os agentes orientadores e facilitadores desse processo, e não como gestores de ensino;
- Tomar o próprio Sistema Único de Saúde como objeto de investigação relevante para a consolidação e avanço do SUS e de aplicação de novas metodologias e processos, estimulando profissionais locais na co-autoria da produção e da difusão de conhecimento novo, aspecto geralmente negligenciado e que deve ser fortemente estimulado;
- Estabelecer, em relações bilaterais universidade/sistemas locais, projetos de cooperação técnica para educação permanente em saúde – entendido o estágio como um elo nesse processo – e de implantação de novos instrumentos educacionais – por exemplo, a educação à distância;
- Contribuir, junto ao município, na implementação de políticas sociais setoriais, com ênfase em questões prioritárias, como direitos humanos, geração de trabalho e renda, melhoria do sistema escolar e da educação de jovens e adultos, erradicação do trabalho infantil, atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, atenção à pessoa portadora de deficiência, populações indígenas e quilombolas, entre outras questões, buscando articular movimento locais e setores da universidade;
- Incentivar programas/projetos de tecnologia social;

- Estimular mecanismos de participação popular e controle social, em direção à construção de uma cultura política de democracia participativa;
- Estabelecer possibilidades e mecanismos de trabalho cooperativo e implementar programas colaborativos entre universidades, nos níveis estadual, regional e nacional;
- Colocar em pauta a extensão no hospital e centros de atendimento universitários, considerando a natureza social e acadêmica da prestação de serviços institucionais, seu registro e relato no Censo da Educação Superior, bem como a qualidade e pertinência dos programas e projetos específicos do setor.

A atuação do Fórum e de sua comissão de saúde

Embora a Comissão de Saúde do FORPROEX tenha um representante de cada região do país, ela se amplia com a participação de consultores, coordenadores de projetos nacionais, como o VER-SUS Extensão Universitária. Outros consultores estão convidados a participar, como referências em setores de sua expertise, facilitadores em certas ações e pareceristas de trabalhos apresentados a eventos e publicações de responsabilidade do FORPROEX. Seria desejável que cada universidade tivesse um coordenador ou pessoa de referência para a área da saúde, interagindo com sua pró-reitoria e a Comissão de Saúde. A seção www.renex.org.br/areas.php é um veículo aberto e democrático à essa participação.

Os objetivos acordados pela Comissão de Saúde do FORPROEX, em articulação com consultores, dizem respeito, especialmente, à implementação de políticas públicas de saúde:

- Participar das reuniões de coordenação nacional e regional; representar o Fórum junto a ministérios e outras instituições, em assuntos relativos à área, por delegação e de forma articulada à ação política da coordenação regional e nacional;
- Divulgar informações e manter atualizada a página www.renex.org.br/areas temáticas; desenvolver projetos especiais, elaborar documentos e levantamentos; divulgar tecnologias e experiências inovadoras; colaborar com a Comissão Permanente de Avaliação e com a Comissão de Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Flexibilização Curricular;
- Assessorar e colaborar na organização de congressos e encontros nacionais, regionais e ibero-americanos de extensão, nos aspectos relativos à área da saúde: seleção de trabalhos, programação, organização de sessões temáticas, aprovação de textos para publicação e outras ações.
- Assessorar universidades integrantes do FORPROEX em quaisquer atividades da área da saúde a que for convidada a colaborar;

Do ponto de vista das regiões, aspectos especiais devem ser encaminhados e discutidos com o representante regional e com a Comissão. Embora um Plano Regional de Extensão venha sendo seguidamente debatido, e nele a Área Saúde, as experiências ainda não estão consolidadas. Tem-se clara a necessidade de melhor articulação e cooperação entre as instituições públicas de educação superior de cada região – pois comungam dos mesmos problemas e dificuldades –, buscando soluções regionais. Uma prioridade é avançar no processo de comunicação entre as instituições, que são poucas e distantes em algumas regiões, como a Norte e a Centro-Oeste. É também necessário quebrar o isolamento geográfico e construir uma rede de apoio técnico que supere a escassez de recursos humanos em algumas regiões e microrregiões. É fundamental propor políticas públicas voltadas para questões específicas como a Amazônia Legal, e os quadros quantitativamente diferentes, mas nacionais, como pobreza, diversidade cultural, baixa escolaridade e outros.

Conclusão

A grande maioria dos conceitos aqui expressos é fruto de uma construção coletiva e progressiva, que continua com os esforços e a ação política de muitos, na esfera da administração da extensão nas universidades, na gestão de órgãos públicos que se têm colocado como parceiros nessa construção e nos organismos e movimentos sociais. A Área da Saúde se coloca como parte de uma proposta intersetorial, na qual é essencial o diálogo permanente com todos os setores da sociedade.

Referências

- HADDAD Ana Estela *et al.* (orgs.) **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Belém: Basa, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n.248, 23 dez.1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: < <http://www.unirio.br/propg/extensao/planoed.doc> >. Acessado em: 22 abr. 2002.
- FARIA, Dóris Santos de. (org.) **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília,DF: Universidade de Brasília, 2001.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária**. (Documento de trabalho 2000/2001) Disponível em:< <http://www.ufmg.br/proex/renex/index.php> >.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 18., 2004, Florianópolis. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**: UFSC, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, 2002. p.118-144.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Sistema de dados e informações**: base operacional de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.2)

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. (org.) **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.